

SERIE 1
DOC 230

MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO

**CONFERENCIA NACIONAL
SOBRE POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO**

1970

Ed.
AB, DOP, DCRX, 12

PROPRIEDADE ESTADUAL

política de finanças

(62)

A3, DDP, DDP-x, 12

1. Cerca de tres anos são passados desde a publicação da 1a. Circular de Finanças (out/75). Tendo por referência a situação em que nos encontrávamos naquele época podemos afirmar que os resultados obtidos neste período foram muito importantes. A O. soube reagir positivamente e superar o problema central apontado naquela circular: ou aumentávamos as entradas financeiras da O. ou entrávamos num impasse político produzido pela falta de recursos que garantisse nossa atuação política. Conseguimos superar aquela situação. Ampliamos consideravelmente nossos recursos financeiros, tanto para sair daquela situação de estrangulamento, como para garantir o ritmo de nosso crescimento político e orgânico até aqui. Essa foi uma vitória importante de nossa O.

No entanto, no curso deste período em que conseguimos esta importante vitória, a situação geral do país e a nossa situação como Organização vieram sofrendo importantes mudanças. A tendência à reanimação do movimento operário e popular na luta contra a ditadura militar já deixou de ser uma expectativa para se converter no nosso arroz com feijão. Hoje ninguém tem mais dúvidas sobre isto. E, como bem vêm apontando nossas análises, a tendência principal de evolução da atual conjuntura é o aumento do isolamento político e social da Ditadura Militar e a elevação do nível de mobilização popular.

Esta situação ao mesmo tempo que cria condições mais favoráveis para a atuação dos comunistas no seio das massas exploradas, coloca também e não uma das principais debilidades deste movimento: a inexistência de um partido comunista solidamente implantado / na classe operária e demais setores populares / que possa dar uma direção revolucionária às suas lutas.

Apontando a todos os comunistas brasileiros a ne-

cessidade imperiosa da solução deste problema chave para o sucesso da Revolução em nosso país e chaman-
do a si a tarefa de contribuir ardorosamente nessa
solução, nossa O. tem assistido um processo de forte
lecionamento político e organizativo medida que as lutas
de massas vêm se ampliando. Sustentando uma linha po-
lítica essencialmente justa e apontando as tarefas
centrais a serem assumidas hoje pelos comunistas, no-
sa Organização vê crescer rapidamente sua influência
política junto às massas e junto aos núcleos revolu-
cionários atuantes e combativos nos principais cen-
tros políticos do país. Esta influência criou as con-
dições básicas para nossa construção a nível nacio-
nal. E hoje isso está deixando de ser uma meta mais
ou menos longínqua e já vem se transformando num da-
do concreto da vida atual da O. Uma nova situação
vai se abrindo. Assim, ao mesmo tempo que assistimos
o crescimento da nossa influência, assistimos tam-
bém uma ampliação de nossas responsabilidades como
organização política comunista empenhada na constru-
ção do Partido da classe operária em nosso país.

Esta situação passa a exigir de nossa atual mili-
tância um esforço e uma dedicação redobrada para fa-
zer frente ao conjunto de necessidades políticas e
materiais que vêm se ampliando de forma espetacular
- e que tendem a se ampliar ainda mais daqui para a
frente. Por isso, ampliar os recursos materiais e fi-
nanceiros da nossa organização hoje é uma condição
vital para cumprirmos o papel político que a realida-
de está nos colocando.

Fica claro, portanto, para cada companheiro que,
se conseguimos uma importante vitória só obtarmos a
organização dos recursos financeiros mínimos que pos-
sibilitaram o seu desenvolvimento político e orgâni-
co até aqui, muito mais temos de fazer daqui para a

12/10/74
OCT/74
000

(an)

frente. E, da mesma forma que o CC estava certo quando afirmava que tínhamos vitalidade para conseguirmos dar uma resposta positiva a esta questão naquela época, estamos seguros de que também hoje saberemos/ avançar ainda mais nas tarefas de finanças e de construção material da O.

Buscando chamar a atenção de toda nossa militância para que enfrente organizadamente a discussão da questão do trabalho de finanças, como parte do enfrentamento das questões de organização, a CNPO aprova estas Resoluções anexas de Política de Finanças e Infraestrutura para serem debatidas, criticadas e aplicadas pelo conjunto da nossa estrutura partidária.

2. NOSSAS RECEITAS

Nossa receita tem por base os seguintes tipos de arrecadação: a) contribuições fixas e regulares (mensais) de militantes, aspirantes a militantes e de simpatizantes; b) contribuições extraordinárias; c) venda de material político; d) finanças de massas; e) projetos especiais.

Observando cada um destes tipos de arrecadação, podemos verificar que avançamos em alguns, o que nos permitiu fazer frente às nossas necessidades mais sentidas; que ainda estamos bem atrasados em outros; e que, mesmo naqueles em que melhoramos, temos ainda falhas importantes que podem e devem ser superadas o mais rápido possível.

a) Contribuições Fixas e Regulares

Esta é e sempre foi a forma elementar e básica de sustentação financeira de toda organização revolucionária. É dever de todo militante contribuir na construção material da organização. Fazer disso um com-

promisso é tão importante como aceitar e defender a linha política do movimento - não importante que se constitui num dos critérios de militância. O compromisso de apoio à Organização Financeiramente de forma regular é expressão do grau de compromisso político e ideológico com as idéias defendidas por ela. Significa tornar-se responsável com a sorte dela. Significa dar expressão material à relação voluntária e conscientemente estabelecida de umas pessoas com as de mais pessoas, que também voluntariamente se organizaram para lutar por seus ideais. Significa tirar a relação política do plano meramente intelectual. Significa para o contribuinte constituir-se num sujeito prático deste movimento.

Os avanços obtidos desde a Ia. Circular das Finanças tiveram aqui seu principal ponto de apoio. Foi / na definição mais rigorosa de cotas fixas e na sua entrega com maior regularidade que pudemos ampliar sensivelmente nossas disponibilidades financeiras.

Entendemos que neste ponto avançamos razoavelmente. No entanto, permanecem alguns problemas:

O primeiro diz respeito à definição das cotas fixas. Até aqui mantivemos a definição de uma cota de 10% do salário recebido. Esta definição não nos parece justa. Acreditamos ser necessário definir outro critério, pois salta aos olhos de qualquer companheiro que é profundamente injusto definir que um companheiro que ganha apenas um salário mínimo entregue 10% desse salário à O. - enquanto que outros companheiros que ganhem cinco, dez ou até mais, continuem entregando apenas 10%. Acreditamos ser justo fazer uma taxação mínima progressiva, de acordo com o montante de salário recebido por cada companheiro. É muito importante que todos os companheiros dediquem atenção especial a esta questão, por todos os elemen-

23/3/66
16/3/66

(94)

tos ideológicos que ela envolve. Na parte das medidas avançamos uma proposta para discussão.

A segunda questão diz respeito ao atraso nos pagamentos das cotas definidas. Isto, invariavelmente, traz sérios transtornos para o conjunto de nossa prática. Apesar de termos avançado também neste ponto, ainda existem companheiros que vêm persistindo neste erro. Há casos de atraso de até um mês no recolhimento, criando com isto, dificuldades para colocar as contribuições em dia. Mas o aspecto principal do problema é o fato de que muitos companheiros ficam na expectativa de serem "cobrados", para só então providenciarem a contribuição, como se não fosse a dever seu, assumido voluntariamente, tomar a iniciativa de saldar seus compromissos. Este comportamento cria situações desagradáveis e desgantes para os responsáveis de finanças em todos os níveis, que muitas vezes os tem obrigado a se desdobrarem em suas tarefas para conseguir recolher as firangas já definidas e estabelecidas previamente. Portanto, cada companheiro deve assumir radicalmente que as suas finanças devem ser recolhidas regularmente e encaminhadas pelos canais competentes nos prazos certos.

O terceiro problema que ainda se verifica, diz respeito ao tratamento equívocado que alguns companheiros tem dispensado na solicitação de apoio financeiro junto às pessoas que demonstram simpatia em relação às nossas posições e à nossa prática. Esse equívoco é o principal responsável pela lantidão na ampliação de novas áreas de contribuintes regulares.

Sabemos muito bem da dedicação de nossos militantes na difusão de nossa linha política, na organização e direção das lutas de massas, na luta ideológica permanente contra as tendências direitistas e "es-

querdistas", no combate constante e paciente pela construção de uma organização revolucionária nacional, democraticamente centralizada. No entanto, quando se trata de comprometer também os militantes dispersos, os ativistas do movimento operário e popular ou mesmo pessoas simpáticas à revolução com o apoio material à O., da forma mais regular e sistemática / possível, muitas vezes então o carro patina. Pensamentos do tipo "não tenho jeito para esse tipo de trabalho", "é difícil", "as pessoas tem receio desse tipo de compromisso", "o problema é que eles ainda não confiam nas O.O.", etc, são lançados para justificar a resistência a assumir esse tipo de trabalho. Essa resistência encobre apenas uma debilidade ideológica e política. A contribuição financeira é um passo indispensável para um verdadeiro compromisso com as idéias políticas. Só podemos dizer que uma pessoa está verdadeiramente comprometida com a luta por uma idéia quando assume também a necessidade de materializar essas idéias, de viabilizá-las praticamente e dar vida objetiva ao combate por elas. Uma pessoa que não contribui financeiramente com a revolução, demonstra que ainda não se converteu integralmente num sujeito ativo dela. Quando ela passa a contribuir e entende corretamente os fundamentos dessa contribuição, ela está tornando mais integral sua participação. Por outro lado, cresce também o compromisso do movimento - conjunto de pessoas com unidade política e ideológica que voluntariamente se organizam para realizar uma única vontade, dando-lhe viabilidade / prática - com essa pessoa. Aqui reside o xis do problema: para muita gente é fácil descobrir afinidades/intelectuais com outras sobre os problemas sociais, mas é difícil transformar essas afinidades em compromisso de vida. Aqui começam a surgir as resistências

3
EX-AB
M-20
FL-5

(96)

de ambas as partes. É quando começamos a dar vida real às nossas afinidades teóricas que sempre surgem as reservas, as divergências. Não é à toa que Letin considerou que as divergências nas questões de princípios dentro do Partido só se explicitam de forma candente nas questões de organização. Ou seja, é no momento de materializar nossas concepções gerais de vida, de mundo e de revolução, que aferimos de fato/ o grau de unidade que temos em torno delas. Este mesmo princípio se aplica perfeitamente na questão que discutimos aqui.

O que significa uma contribuição financeira para a Revolução e para uma Organização Revolucionária? Entendido o dinheiro como uma mercadoria que intermedia todas as outras - e como mercadoria, trabalho humano corporificado - quando um companheiro contribui com uma quantia de dinheiro, está na verdade contribuindo com uma parte do fruto do seu trabalho. Daí podemos dizer que sem dinheiro não é possível a Revolução. Ou seja, sem a somatória de cotas de trabalho de homens distintos visando o mesmo fim comum, este fim não poderá ser jamais concretizado. A Revolução é obra das massas de milhões de trabalhadores - mas não como um ato puramente espontâneo num dado momento do tempo histórico. Ela é uma obra também pensada, planejada, construída pouco a pouco com o trabalho / desses milhões de homens e mulheres. Algumas, porque alcançaram um nível de consciência e entrega superior, contribuem de modo permanente e direto para esta obra, como profissionais. Outros, que não alcançaram um nível tão elevado a ponto de assumirem a revolução como o aspecto central de sua prática social, nem por isso não podem ou não querem contribuir - também com seu trabalho - para a vitória. Muitas vezes será

através da contribuição financeira que contribuirão/ com seu trabalho para a Revolução, para uma Organização Revolucionária.

Portanto, quando uma pessoa entrega parte dos frutos de seu trabalho (na forma de uma contribuição financeira) ela está estabelecendo com quem a recebe uma relação política. Assim procedendo, está se fundindo com outras pessoas que, voluntariamente se organizaram para levar à frente a obra comum. Ela está se comprometendo e se constituindo como parte de um corpo e, como tal, sendo integrada por esse corpo. Entender a questão nesses termos é o caminho para superar resistências de nossa parte em solicitar de todas as pessoas que dizem partilhar dos mesmos fins que nós, uma parcela dos frutos de seu trabalho para a concretização desses fins. É o caminho, ao mesmo tempo, para combater as resistências que se manifestam também em muitas dessas pessoas.

Concluindo, podemos dizer que as resistências reveladas por alguns de nós nesse aspecto, escondem um receio de aprofundar a relação política entre ambas as partes. O que existe não é "inibição", "falta de jeito", mas sim uma resistência de transportar os vínculos políticos do terreno meramente teórico para um compromisso que é teórico e prático.

Este é o caminho para compreender que a contribuição financeira é tão indispensável para a Revolução quanto o trabalho do agitador, do propagandista, do organizador. Todos estão somando trabalho humano para uma criação humana. Portanto não se pode aceitar que muitos de nossos militantes não dispensem a mesma seriedade na assistência política aos contribuintes do que aquela que dispensam a outras tarefas políticas.

2) Contribuições Extraordinaárias

As finanças resultantes deste tipo de arrecadação têm se revelado extremamente importantes. Foi através delas que pudemos fazer frente a dois tipos de problemas. O primeiro foi cobrir a diferença existentes entre as entradas regulares e as despesas regulares mensais (manutenção do funcionamento da O.). O segundo foi fazer frente aos gastos na montagem de infraestrutura. Este tipo de arrecadação se revelou tão mais importante à medida que as outras formas de arrecadação (venda de material de propaganda, campanha de massas e projetos especiais) não foram infrentadas corretamente ou não puderam ser devidamente executadas até aqui, dado o estágio de nossa construção ou dado o estágio do movimento de massas.

Este tipo de arrecadação provém de múltiplas iniciativas. Mas, qualquer que seja a forma revelada, ela se assenta numa questão básica: iniciativa e mobilização ideológica da toda a militância na construção material da organização. À medida que cresce a confiança política em nossa organização, a tendência é a ampliação deste tipo de arrecadação.

Múltiplas são as origens deste tipo de arrecadação. Vamos enumerar as três principais: a) doações de militantes, aspirantes e simpatizantes; b) empréstimos; e c) campanhas específicas.

a) As doações extras são o resultado do aumento do compromisso político e ideológico da militância com a O. As origens destas finanças são tão diversas que nem vale a pena descrever a este detalhe. Importa apenas destacar que elas surgem no momento mesmo em que as pessoas que dela dispõem, optam por aplicar / na atividade revolucionária qualquer excedente seu /

disponível (que antes era dedicado à melhoria de con-dições de vida ou na aquisição de algum supérfluo ou de qualquer outra coisa dispensável para uma pessoa devidamente consciente da realidade histórica em que vivemos). Outra coisa que cabe destacar também é que em geral estas contribuições surgem na medida em que os militantes de maior iniciativa e compromisso levantam a questão com uma devida pessoa e com ela travam uma luta no sentido de elevar o nível de com-prometimento destas com o movimento. Portanto, as con-tribuições extraordinárias não são um produto espontâneo. É necessário brigar por elas. E até aqui, alguns militantes vem se destacando nesta tarefa. Cabe tornar isto uma tarefa do conjunto. E, se todos nós assumirmos isto radicalmente, muito mais recursos ainda não captados surgirão necessariamente.

b) Os empréstimos são uma outra forma de entradas extras de extrema valia para nossa organização. A rigor, não se trata de uma contribuição, na medida que temos de cobrá-la. Mas o fato de não se constituir / numa contribuição definitiva (uma doação ao movimento), não quer dizer que seu resultado prático não funcione como uma contribuição extra. Olhemos os dois lados, de quem empresta e da O. Para quem empresta (por um tempo determinado e em geral sem os juros de qualquer outro tipo de empréstimo) significa entregar para a O., finanças das quais ela não pode / dispor definitivamente, mas que tampouco necessita imediatamente. Por confiar na Organização, concorda em entregá-la dinheiro para que ela faça frente às suas necessidades mais urgentes. Do lado da O., com esta entrada extra, ela pode fazer frente a gastos imediatos que as demais fontes de entradas naquele momento não conseguiram cobrir. Para o contribuinte, pe-

100
Outubro 12

661

sa o grau de confiança na O. e a certeza de que ela saberá cobrir seus compromissos. Por isso, a utilização desta fonte de entrada sempre exige da O. uma avaliação justa de suas possibilidades de arcar com o pagamento dos empréstimos contraídos. Nisto não pode haver furos, pois nos desgataria seriamente. Até aqui, o balanço da prática da O. neste aspecto foi absolutamente correto.

Outra forma de empréstimo, também muito importante, são os empréstimos levantados por militantes ou simpatizantes no sistema bancário oficial. Criar uma verdadeira rede de companheiros que tenham possibilidades para isso é uma prática que vem se revolvendo profundamente justa. Os empréstimos são levantados no momento que a O. deles necessita. Para isso é necessário que as pessoas que tenham condições de levantar estes empréstimos tenham sua ficha bancária em condições para tal (trata-se dos chamados saldos médios bancários). Muitos simpatizantes da pequena burguesia podem e devem ser ganhos para isso.

c) Nossa prática também demonstrou que é perfeitamente justo desenvolver campanhas específicas de finanças, objetivando contribuições extraordinárias do conjunto da militância. Estas campanhas só assentam em situações particulares. O exemplo mais importante é a Campanha do 13º salário.

Um outro exemplo é a Campanha do Imposto de Renda devolvido. Esta já é uma campanha mais reduzida mas de onde provieram alguns recursos extras. Muito mais poderíamos ter feito com um assumimento radical do conjunto.

O balanço a ser feito neste tipo de arrecadação é que tivemos uma prática ainda bastante deficiente. A Organização ainda não incorporou devidamente esta ta

refa. As campanhas são mal centralizadas, diluídas, há baixo nível de mobilização. Vamos ter de avançar muito aqui, multiplicando as iniciativas, por exemplo, instituindo o Mês Nacional de Finanças, definindo campanhas para objetivos específicos de infraestrutura, etc.

c) Venda de Material

A venda de seu material político de propaganda / tem se constituído numa fonte financeira permanente / e importante de toda organização revolucionária. Nossa O. possui hoje dois instrumentos que além de cumprirem seu objetivo básico (veicular e defender nossas posições políticas), poderiam se converter em importantes meios de conseguir para a O. apoio financeiro. Um rápido balanço feito até aqui, no entanto, revela que este último papel tem sido muito mal cumprido. Independente de uma discussão mais profunda / do nível de nossa imprensa atual, cremos ser necessário levantar algumas considerações que provavelmente estejam influindo no pequeno rendimento financeiro / obtido com a venda do Jornal e da Revista.

Antes de tudo, queremos registrar que nestes últimos anos demos passos extremamente importantes no sentido de dotar a O. de uma Imprensa que lhe permite fazer frente às necessidades políticas que enfrentamos hoje. Estes passos tem se constituído numa importante vitória. Mas, longe de nos satisfazermos / com os resultados obtidos até aqui, temos consciência de que temos muito a avançar. E temos de avançar muito rapidamente sob pena de nos atrasarmos ainda mais para fazermos frente à tendência de desdobramento da atual conjuntura.

Hoje ainda existe na nossa O. uma grande frouxi-

dão na passagem de nossos materiais políticos e na sua sistemática cobrança. Esta frouxidão é um subproduto da subestimação geral da importância da construção material da C. O aspecto principal do problema reside em quem passa o material e não em quem o recebe. É evidente para qualquer pessoa que a produção deste material custa dinheiro. Ele não surge do ar. Demanda esforços especiais e não raro vidas humanas/ em regimes políticos como o nosso. E, mesmo não tendo no lucro seu objetivo principal (objetivo básico da imprensa burguesa em geral), é por demais evidente a qualquer pessoa que conquistou o direito de ter acesso a este tipo de imprensa que é seu dever apoiá-la. No entanto, a iniciativa de demonstrar é aprofundar esta evidência é papel inalienável de nossos militantes. E não é bem isto o que vem ocorrendo. Em geral nossos militantes entregam o material. Se preocupam mais com o aspecto da penetração política. Não é que isto seja incorreto. O que deve ser sanado urgentemente é o descompromisso com a venda da imprensa.

d) Finanças de Massas

Nestes últimos anos de nossa existência, muito / pouco fizemos nesta frente. Só no último ano passamos a tomar algumas iniciativas importantes. Isso deveu-se a vários fatores. Entre estes, se destacaram/ os seguintes: o estágio do movimento de massas (fator de limitação objetiva), nossa inexperiencia, falta de iniciativa dos militantes ou explorarem as possibilidades já criadas, visões equivocadas sobre a justaza desta política. Estes fatores não agiram isoladamente, mas se combinaram e, por isso, os resultados até aqui foram muito insignificantes.

Na medida em que o movimento de massas só há bem pouco passou a desenvolver níveis de mobilização mais significativos e na medida em que ainda não somos uma organização solidamente implantada nas massas, a condição de desenvolver arrecadações financeiras / de massa tinha aí um fator de entrave objetivo. No entanto, hoje, estes limites estão sendo superados. E já nas últimas mobilizações, particularmente do ME, tínhamos condições de dar um passo à frente. Porém, este passo não foi dado. O que nos obriga a aprofundar nossa discussão para outros fatores, de modo a dar um correto enfrentamento do problema.

A experiência só vamos adquirir praticando. E com ela, multiplicar-se-ão as iniciativas de nossos militantes. Oportunidades para arrecadar fundos para o trabalho ilegal, tendo por base as movimentações da massa não serão desperdiçadas, pois nossos militantes, além de estar atentos para isso, estarão devidamente ganhos para a justeza desta prática.

Portanto, o centro de nossa discussão agora deve girar em torno da justeza ou não de fazermos este trabalho.

Se considerarmos que uma organização política de vanguarda da classe operária e do povo é tão somente uma fração desta classe - seu destacamento mais avançado - e que ela existe na ilegalidade devido ao caráter do regime político imposto pela burguesia, torna-se mais fácil a compreensão de que é perfeitamente justo e correto obter recursos legais para financiar o trabalho ilegal. A massa, quando contribui financeiramente, visa o desenvolvimento de sua ação, visa fortalecer sua atuação. I sua ação se desenvolve no plano legal e ilegal. Para isso, ela forja níveis de organização legal e ilegal. Ambos os níveis devem se desenvolver sob pena dela ver fracassado sua luta.

A impossibilidade de prestar contas da aplicação dos recursos provenientes de sua contribuição que se destinam à atividade ilegal para o conjunto da massa, deve-se tão somente às questões de segurança.

O critério correto a ser observado (e que nos distinguirá dos oportunistas) é que sempre devemos zelar pelo fortalecimento do conjunto das organizações das massas. Dilapidar as frentes legais em nome de fortalecer as frentes ilegais do movimento é um claro equívoco, que em geral é praticado por aqueles "revolucionários" que em verdade não possuem compromisso real com as massas. Saber combinar o legal com o ilegal também neste ponto é a justa política.

Portanto, nossos militantes não só devem aprender a desenvolver esta política, como devem saber combater intransigentemente todos aqueles que, baseando -se num postulado correto, desenvolvem no entanto uma política claramente equivocada que redunde num debilitamento das organizações legais da massa.

Enfim, devemos entender que, se hoje nossos militantes não podem sair às ruas e solicitar fundos para financiar as atividades de nossa organização, isto se deve à conjuntura política que o movimento de massas ainda se encontra em nosso país. Mas, à medida que as massas ganhem as ruas nas suas mobilizações, veremos criadas as condições políticas para fazermos abertamente verdadeiras arrecadações financeiras. Campanhas de massas serão desenvolvidas, pois a legalidade em nosso país já será outra.

Devemos ter claro que a finança de massa vende a jogar um papel cada vez mais importante na sustentação da O. Sem sombra de dúvida, com a reanimação cada vez mais vigorosa do movimento operário e popular, as possibilidades de organizar atividades de massa /

que redundem em apoio financeiro à nossa O. serão cada vez maiores. Podemos dizer, inclusive, que dentro de algum tempo daí virão nossos principais recursos. Nesse sentido, é decisivo que cada organismo adquira desde já toda a intimidade possível com esse tipo de atividade e acumule experiências, de modo a preparar-se para os momentos futuros.

e) Projetos Especiais

Outra fonte de arrecadação de nossa O. são determinados projetos sob estrita responsabilidade do CC e frente aos quais, por razões de segurança, a conferência não tomou posição.

3. NOSSAS DESPESAS

Nossas despesas são compostas fundamentalmente de dois ítems: regulares e extraordinárias. Nas primeiras contam-se todos os gastos ordinários para o funcionamento normal da O., tais como: manutenção de militantes profissionalizados, manutenção de aparelhos, viagens, imprensa, inteligência e despesas de secretaria geral. Nas segundas, contam-se os gastos com investimentos em infraestrutura, reuniões especiais, viagens extras, preservação de militantes, solidariedade a outras forças revolucionárias, etc.

Nas despesas regulares, o ítem de "despesas com profissionalizações" ocupa um lugar destacado. O que é absolutamente normal, se considerarmos justo que a tarefa de fazer a revolução não pode ser vitoriosa / se enfrentada de maneira artesanal. Enfrentar as tarefas da revolução de forma profissional e não amadora, como bem destacou Lenin, não se resume a retirar companheiros da produção para se dedicarem em tempo integral às tarefas da revolução (embora esta seja u

ma necessidade fundamental e que cresce naturalmente junto com o avanço da luta revolucionária). Trata-se, em primeiro lugar, de encarar todas as tarefas políticas da revolução de um ponto de vista profissional e não amador, para o que é necessário um razoável preparo (em termos teóricos e práticos) e a criação/de condições de funcionamento que preservem a integridade da O. e de seus membros, particularmente nas circunstâncias de uma atuação clandestina. A burguesia, através de sua polícia, especializada particularmente no combate aos comunistas, trava contra nós uma guerra cotidiana. Sómente uma O. que enfrente os problemas da luta revolucionária de maneira não amadora, que se prepare e faça esse combate profissionalmente, tem condições de êxito. É nesse sentido / que, para a construção e funcionamento de uma O. política do proletariado, faz-se necessário, para fazer frente às tarefas políticas que lhe são colocadas, contar com algo mais que o tempo de "sobra" de seus militantes. Particularmente as tarefas de direção e de manutenção de sua estrutura, exigem uma disponibilidade maior do que a normalmente é dada em média por companheiros que gastam 8 ou mais horas por dia no trabalho de auto-sustentação.

O que, fundamentalmente, determina que existam / companheiros professionalizados para cumprir as tarefas da revolução é a exigência feitas por estas próprias tarefas. A isso se soma, também, os problemas causados pela repressão política que força companheiros a entrar na vida clandestina, onde, no mínimo durante um certo tempo, enfrentarão dificuldades de reorganizar sua sobrevivência e dependerão da ajuda da O.. Não necessariamente a repressão política que leva à clandestinidade deverá levar à professionalização, dado que esta é fundamentalmente determinada pela

natureza das tarefas atribuídas pela O. ao companheiro, que pode ou não coincidir com a situação de clan destinidade - embora, em geral, tendam a coincidir.

A O. tem de manter com rigor a quota de profissionalização que tiver atribuído a um companheiro. Caso contrário, tanto o cumprimento das tarefas para as quais foi profissionalizado, como sua segurança, estarão fortemente afetados. Em geral, temos mantido / como critério para o estabelecimento desta quota, o salário médio de um operário especializado.

Com a expansão do trabalho da O. para vários estados, o ítem "viagens" passou a ter um peso importante. Esta expansão traz, também, maiores gastos com transportes de materiais.

Com as medidas já tomadas pelo CC no sentido de resolver o mais rápido possível os problemas da infraestrutura gráfica, construção de arquivos de informação e atualização dos nrs atrasados da revista, temos aqui, uma elevação importante de nossos gastos atuais.

Temos de elevar também o nível de gastos mantidos até aqui com o setor de inteligência e com a obtenção de material de formação política de militantes.

No plano de nossas despesas extraordinárias, o ítem "gastos com reuniões especiais", também tende a crescer razoavelmente, tendo em vista as orientações estabelecidas pelo CC no sentido de intensificar a vida política da O.

4. algumas orientações

1. Rediscussão das atuais quotas fixas daqueles militantes e aspirantes que já a haviam definido e fixar a daqueles que ainda não o haviam feito, tendo por

base a seguinte proposta:

1 a 3 salários mínimos:	um mínimo de 5%
4 a 6 "	" " de 10%
7 a 10 "	" " de 15%
11 a 15 "	" " de 20%
16 a 20 "	" " de 25%
mais de 21 "	" " de 30%

Essa proposta, bem entendido, indica uma base mínima de contribuição, a partir da qual deve ser fixada a cota de cada companheiro.

2. Regularizar a contribuição dos simpatizantes tendo por base a proposta acima.

3. Estabelecer planos concretos de ampliação da rede de contribuintes regulares. Para tal, cada organismo deve discutir a quantidade de pessoas que cada companheiro assiste politicamente e definir prazos para a definição de quotas regulares para cada uma delas.

4. Cada organismo deve definir com rigor a data certa de entrega da arrecadação afeta a ele e cumpri-la criteriosamente, sob pena de incorrer em medidas disciplinares. Travar uma luta sem tréguas contra atitudes liberais e ideologicamente condenáveis de, a qualquer imprevisto na vida pessoal, transferir para a contribuição financeira o ônus desse imprevisto, seja atrasando-a, seja diginuindo-a.

5. Cobrança obrigatória de nosso material político / (particularmente Jornal e Revista), salvo exceções justificadas politicamente. Entregar em separado ao secretário de finanças da base, de toda a finança daí proveniente. Esta última medida é extremamente importante para posteriores balanços. Sem esta provi-

(A2)

dencia, é impossível termos uma noção perfeita dos rendimentos provenientes daí.

6. Estabelecer todo mês de junho como mês Nacional de Finanças. Durante este mês, mobilizar o conjunto dos contribuintes regulares para contribuições extras. Ao mesmo tempo, cada base definirá uma forma específica para aumentar sua contribuição neste mês (vendas de objetos, rifas, selos, posters, apresentações artísticas locais, etc). Utilizar a Campanha do Mês Nacional de Finanças para ampliar a rede de contribuintes.

7. Discutir com todos os contribuintes regulares que tenham tido Devolução do Imposto de Renda, visando / obter deles uma contribuição extra com base neste imposto devolvido. Os secretários de finanças de cada base deve tomar esta iniciativa e cobrá-la com rigor.

8. Começar agora o recolhimento das contribuições extras com base no 13º salário, já que alguns companheiros tem este salário parcelado em duas quotas (uma no meio e outra no fim do ano). Esta iniciativa também deve ser tomada imediatamente pelos secretários/ de finanças.

9. Cada frente de trabalho deve elaborar e realizar/ planos de finanças de massas. Organizar a partir das frentes de massas, realizações sociais (ou mesmo políticas) com o sentido de arrecadar fundos. A diversidade de ações que podem ser desenvolvidas neste / sentido é praticamente inesgotável. Desde os shows artísticos (teatro, música, filmes), festas, querme^sses, rifas, bônus, selos, coletas, etc, até as campanhas de finanças para a defesa dos presos políticos e seus familiares.

10. Laborar, a partir dos trabalhos de bairro, projetos de financiamento de construção de creches infantis, centros de capacitação de mão de obra, montagem de centros culturais, etc a serem financiados por instituições internacionais que possuem recursos financeiros com esta finalidade. Maiores detalhes, dirigir com os respectivos assistentes.

11. Criar Caixas de Ajuda Mútua. Estas caixas são pequenas cotizações a serem feitas particularmente no meio operário para fazer frente a problemas de segurança (caso de companheiros que têm de se afastar da produção por um determinado momento); desempregoocado por motivos políticos e até mesmo episódios de acidentes de trabalho. A experiência do Socorro Vermelho que o proletariado internacional acumulou, demonstrou que a organização dessa solidariedade, sob forma permanente é extremamente importante. Na medida que a luta operária avança, ela tende sempre a estingir círculos mais amplos.

12. Manutenção dos atuais Projetos Especiais a cargo do CC e sua ampliação, definindo novos projetos.

13. Que nosso trabalho no exterior dedique uma atenção especial no sentido de mobilizar a militância revolucionária que se encontra aí para a extensa importante que adquire hoje para o movimento de resistência no interior do país o APÓIO FINANCEIRO proveniente de lá. Junto ao trabalho de isolamento e denúncia política da ditadura no plano internacional, é muito importante agora dar ênfase neste outro aspecto do problema. Que nossa militância aqui no interior assuma, de uma vez por todas, que este trabalho no exterior tem necessidade vital de receber regularmente, ademais de uma assistência política, todo e qualquer

tipo de publicação sobre o MO, ME e demais setores / sociais em luta contra a ditadura, cartazes, etc.

5. infraestrutura material

Outro importante aspecto da construção material da O. é a obtenção e a organização dos recursos infraestruturais indispensáveis para sua ação.

Em seu trabalho cotidiano, nossa O. defronta-se / com as mais diversas necessidades de materiais, equipamentos e locais. Por exemplo, locais para reuniões, para depósitos, para residência de companheiros, para funcionamento de máquinas, etc; materiais de impressão, meios de transporte e de comunicação, laboratórios fotográficos, ateliers de desenho, pequenas oficinas, etc. Por outro lado, volta e meia temos necessidade de contar com trabalhos profissionais específicos, como por exemplo, um torneiro mecânico, um desenhista, um fotógrafo, etc.

Todos esses recursos podem ser obtidos através de nossa influencia política, pois nossos militantes, simpatizantes e amigos tem controle ou acesso às mais diversas infraestruturas já instaladas pela burguesia e, por suas atividades profissionais, reunem as mais diversas aptidões. Captar e organizar todo esse imenso potencial é uma tarefa que temos pela / frente e que nos permitirá um grande impulso na construção material da O. Apoiar-se nas massas e organizar profissionalmente esse apoio - eis ali o princípio que deve reger nossa política de construção material da O.

Na maioria dos casos, devemos evitar dispendar recursos financeiros para a construção da infraestrutura da O. Em certos casos, porém, isso será necessário, pois as exigencias colocadas pela prática pres-

supõem grande agilidade, trabalho permanente, etc. No entanto, nossa prática atual orienta-se para limitar ao escritamente indispensável os casos em que a construção de infraestrutura passe por investimentos financeiros da O.

Todo militante deve se compenetrar disso e contribuir ao máximo para que essa política seja efetivamente aplicada. Nesse sentido, todos os organismos devem realizar periodicamente um balanço dos recursos materiais que tem à sua disposição ou que podem mobilizar e informar aos organismos superiores. dessa forma, esses últimos poderão ter uma visão mais nítida do conjunto dos recursos mobilizáveis e terão condições de açãoá-los, quando necessários.

(A9)

política de gráfica

65)

27

AB, DDP, DDP-X, 12

I. Até pouco tempo atrás nosso trabalho gráfico encontrava-se estrangulado. Nos últimos tempos, conseguimos algumas melhorias importantes. No entanto, elas são insuficientes diante de nossas necessidades/crescentes. Todas as perspectivas indicam um aumento acelerado de nossas necessidades gráficas. E o aumento do número de revistas. E o aumento do número de jornais. E a regularização de nossa imprensa interna e o desenvolvimento de nossa vida política interna, produzindo e demandando novos materiais. São os panfletos, os textos de agitação e propaganda. Em suma, nossa vida interna intensifica-se, nossa intervenção externa amplia-se e diversifica-se, nossa Organização se expande, novos setores passam a trabalhar com nossos materiais, etc. Tudo isso exige uma rápida e organizada expansão do nosso trabalho gráfico.

Por tudo isso, o trabalho gráfico ocupa um importantíssimo papel no conjunto do trabalho da nossa C. É rigorosamente impossível qualquer atividade política revolucionária em escala nacional, nas atuais condições da luta de classe, sem um trabalho gráfico / profissional e clandestino. Todos os organismos e companheiros devem se compenetrar disso, apoiar decididamente os esforços da O. nessa frente e contribuir/ de todas as maneiras para que resolvamos os problemas que aí existem.

Obviamente, os recursos humanos e materiais destinados ao setor gráfico não caem do céu. Eles são provenientes do nosso trabalho político. A instalação / das gráficas - locais, equipamentos, materiais,etc - exigem investimentos financeiros e trabalho de companheiros. Seu funcionamento regular também, é claro. Esses recursos e esses companheiros colocados no setor gráfico só podem ser oriundos do trabalho político mais geral da O.

(A6)

Assim, quando falamos em consolidar e expandir o setor gráfico - a todos os companheiros e organismos sentem cotidianamente em sua prática a necessidade / disso, pois a cada dia são maiores suas necessidades de jornais, revistas, folhetos, documentos, etc - estamos falando em destinar novos recursos humanos e materiais para o setor gráfico, recursos que tem de / ser fornecidos pelo conjunto da estrutura da C.

Entretanto, existem companheiros que, declarando-se inteiramente convencidos da necessidade de expandir o setor gráfico, apresentam resistências a liberar os recursos financeiros e humanos necessários. Isto se manifesta, por exemplo, na fruvidão com que encaminham o recolhimento das finanças advindo da / venda dos materiais. Mas manifesta-se também na resistência que existe mais ou menos disseminada entre os nossos militantes a encarar a possibilidade de vir a trabalhar no setor gráfico. Se não vencermos essa resistência, se cada militante não vence essa debilidade, se cada organismo não supera essa estreiteza particularista, encontraremos dificuldades bem grandes para expandirmos o setor gráfico. Todo companheiro e todo organismo devem estar prontos a responder com presteza e entusiasmo às exigências da expansão do setor gráfico, mesmo que isso implique num relativo prejuízo imediato da prática do organismo.

2. A definição da linha de expansão do setor gráfico passa por um conjunto de opções que à primeira vista podem ser qualificadas como técnicas - tipo de material, de impressão, etc. No entanto, no fundo, essas opções são políticas. Por exemplo, concentrar nossos recursos em maquinarias mais sofisticadas e caras ou diversificar nossos investimentos em aparelhagens /

mais simples, acessíveis e leves - isso é uma opção fundamentalmente política, ainda que passe certamente por condicionantes técnicas.

Os eixos políticos que devem orientar a política de expansão de nosso trabalho gráfico podem ser encontrados nas resoluções sobre política de organização (e no conjunto das resoluções complementares, sobre segurança, sobre finanças, sobre imprensa, etc). Destacaremos sumariamente os mais essenciais:

- a) vivemos uma fase de expansão de todas as nossas atividades. Essa expansão é justa e necessária. A política deve estar no posto de comando da nossa expansão. Se normalmente isso já indica a necessidade de aumentar a qualidade e a tiragem de nossa imprensa, na situação atual de dispersão das forças revolucionárias essa necessidade torna-se maior ainda. O setor gráfico deve garantir a infraestrutura indispensável para viabilizar e suportar essa expansão.
- b) temos de intensificar cada vez mais nossa vida interna e desenvolver a prática do centralismo democrático. Isso implica no aumento da produção e circulação de materiais políticos internos (BCs, suplementos, teses, tribuna de debates, etc). Aqui também o setor gráfico deve garantir a infraestrutura necessária para a aplicação plena dessa política.
- c) as condições da luta atual, conforme assinalamos/ em nossa política de segurança e em específico as condições da nossa Organização ainda não permitem a manutenção de estruturas pesadas. A linha justa está em expandir nossa infraestrutura baseando-se nos princípios da leveza e da diversificação.
- d) nossa política de organização tem como um de seus objetivos o fortalecimento das direções intermediá-

rias, com o aumento de sua margem de iniciativa política. No plano gráfico, isso deve corresponder a um esforço para que cada região possa ter auto-suficiência ao máximo, dependendo o mínimo possível da estrutura central ou de outras regiões.

e) temos de combater o artesanalismo e desenvolver o professionalismo dentro da Q. Isto deve ser feito em todos os níveis de nossa atividade - e se aplica perfeitamente ao setor gráfico. Sua expansão deve se dar nos termos mais profissionais possíveis, superando as improvisações, a falta de planejamento, as deficiências de qualidade nos materiais produzidos, os atrasos, etc.

f) devemos apoiar-los nas massas, especialmente suas camadas mais avançadas, no processo de expansão do setor gráfico. Existem uma infinidade de recursos humanos e materiais que devem ser mobilizados creando contemente para a construção do setor gráfico eficiente. Devemos estar atentos para isso e orientar as forças adequadas para organizar essas contribuições.

3. A partir desses eixos políticos é que definimos uma linha de expansão para o setor gráfico que certamente será enriquecida e aprofundada pela prática.

Consideramos como tarefas vinculadas ao setor gráfico a composição (ou datilografia) dos textos e arrem (impressos), a produção das matrizes para a impressão, a impressão propriamente dita e a entrega dos materiais aos encarregados da distribuição.

A distribuição dos materiais, bem como sua armazenagem, são funções que não devem ser executadas pelas gráficas, cuja responsabilidade deve ir apenas a

té a impressão. Nos casos em que a distribuição ainda esteja sendo feita pelos companheiros da estrutura gráfica, devem ser tomadas medidas urgentes para que essa tarefa seja assumida por estrutura específica desvinculada do setor gráfico.

Na medida em que o conjunto de tarefas a cargo do setor gráfico articulam-se a partir da impressão, começamos por aí.

Hoje, devemos apoiar-nos fundamentalmente na impressão em mimeógrafo. Essa impressão, pela sua leveza, simplicidade, baixo custo, fácil montagem e manuseio, etc, permite uma expansão mais diversificada, rápida, barata e acessível às nossas condições. Ela apresenta como inconvenientes: a) qualidade técnica/inferior, relativamente a sistemas de impressão off-set ou tipográfico; b) suas matrizes (stencéis comuns ou eletrônicos) não se prestam para tiragens muito elevadas (acima de 10 mil exemplares), bem como os custos de papel e tinta passam a ser anti-econômicos a partir daí. Quanto ao primeiro inconveniente, ele é inegável, mas pode ser razoavelmente restringido se produzirmos matrizes de boa qualidade e se investirmos mais na fase de composição - conforme explicaremos mais à frente. Quanto ao segundo inconveniente, hoje ele ainda é meramente teórico. Nenhuma região da O. tem hoje necessidade de mais de 10 mil exemplares de um material ilegal, a não ser em casos de panfletos curtos.

Nos casos das regiões que já dão mostras de necessidades mais elevadas, devemos passar a médio prazo/para a impressão off-set, respeitando sempre o princípio da leveza e da diversificação. Nesse sentido, a Comissão de Gráfica definirá o equipamento a ser utilizado.

4. Toda região com um Comitê Regional funcionando deve ser absolutamente auto-suficiente em todas as suas necessidades específicas de impressão (panfletos, materiais internos da região, etc) e deve arcar igualmente com a impressão de todos os materiais gerais da O. que necessite (revista, jornal, materiais internos em geral, cursos de formação, brochuras etc). Se isso não ocorre, o trabalho político na região tende a sofrer seguidos estrangulamentos. A região será obrigada a recorrer a outra região, sobre-carregando-a e acarretando transporte de grandes quantidades de material ilegal - o que deve ser evitado a todo custo. Essas regiões devem estar dotadas de bons mimeógrafos elétricos, a cargo de companheiros especializados na tarefa e instalados em aparelhagem própria e segura. Na medida do possível, esses mimeógrafos devem ser de determinadas marcas e modelos, a serem indicados pela Comissão de Gráfica, de modo a facilitar a utilização de matrizes padronizadas. Isso, entretanto, não é indispensável.

Nas regiões de implantação mais nova da O., devemos buscar ser auto-suficientes, desde um primeiro momento, nas necessidades mais específicas (panfletos etc). Essas regiões podem, num primeiro momento, apoiarem-se em outras regiões para suas necessidades dos materiais gerais da O. (revista, jornal, imprensa interna, etc). Enquanto o trabalho só não tiver atingido um certo volume (geralmente com a constituição de um CR), não há necessidade de destacar e especializar um companheiro na tarefa e montar aparelhagens especiais. Dependendo das circunstâncias, podemos tanto ter mimeógrafos manuais ou reco-reco, como apoiarmo-nos em estrutura legal.

No interior de algumas regiões, já se coloca tam-

5. É m. a necessidade de descentralizar as tarefas de impressão mesmo no nível da região. A prática já demonstrou que, à medida em que se avolumam as necessidades em cada zona, as gráficas das regiões ficam muito sobrecarregadas e não conseguem responder com agilidade aos pedidos específicos de impressão dos diferentes Comitês Zonais. Nesse sentido, é importante que cada Comitê local razoavelmente estabilizado tenha sua própria estrutura de impressão. Deverá seguir cabendo da estrutura gráfica regional, os materiais gerais da O. (jornais, revistas, brochuras, livros, etc), mas armada com todas suas necessidades específicas (panfletos, etc).

5. Para obtermos uma boa impressão em mimeógrafo, em termos de qualidade, tem muita importância a qualidade dos stencil produzidos. Boas matrizes podem dar uma boa impressão, mas matrizes defeituosas dão sempre uma péssima impressão, por maiores que sejam os esforços e a competência dos companheiros encarregados da redação.

Há dois tipos de stencil: os comuns, que são perfurados por máquinas de escrever com fita ou estiletes próprios, os eletrônicos (em papel ou plástico). Devemos seguir utilizando os stencil comuns para nossos materiais internos e, durante um certo tempo, para alguns de nossos textos externos (panfletos, artigos soltos, etc). Mas é imprescindível obter o máximo de qualidade na utilização desses stencil. Alguns dos materiais produzidos pela O. a partir dos stencil comuns eram absolutamente lamentáveis: stencil mal perfurados, sucessão de erros de datilografia, correções mal feitas produzindo borões na hora da impressão, etc. Ultimamente conseguimos melhorias

importantes e de um modo geral a coisa melhorou bastante. Para evitar a reincidência nesse tipo de erros na datilografia, a Comissão de Gráfica está elaborando uma pequena circular de instrução. Depois que isso seja feito, serão recusados stencéis de baixa qualidade.

6. Para a impressão da grande maioria de nossos materiais externos (especialmente revista e jornal), devemos usar somente stencéis eletrônicos. Nossa experiência com a revista e com o jornal já mostrou que é possível chegar a resultados bastante aceitáveis / com a utilização de mineógrafos, sem grandes gastos/ de infraestrutura e sem unidades pesadas, se as matrizes eletrônicas são boas. Pouco a pouco viemos acumulando experiências importantes. Os últimos números do jornal e da revista demonstram progressos que decorrem delas.

Há duas fases que concorrem para a produção de matrizes de boa qualidade. A primeira é a composição / dos textos. No jornal, ela vem sendo feita com máquinas de escrever comuns. Na revista, com máquinas especiais de composição. A diferença de qualidade é visível. Embora estejamos obtendo resultados bastante/ razoáveis no jornal, a utilização de máquinas especiais de composição, como é o caso da revista, assegura uma qualidade bastante superior: leitura mais fácil, diagramação mais agradável, melhor impressão, melhor aproveitamento do espaço, etc. Devemos, portanto, procurar avançar nessa frente, seja consolidando as possibilidades de utilização desse tipo de máquinas no exterior, seja explorando as brechas legais existentes por aqui, seja investindo possibilidades menos sofisticadas e mais acessíveis de compo-

sição que possam vir a ser utilizadas.

A segunda fase é a da produção propriamente dita dos stencéis eletrônicos, através de máquinas especiais. Os sensibilizadores eletrônicos também são máquinas sensíveis e exigem assistência técnica contínua, mas num grau bem menos complexo do que as máquinas de composição. Além disso, devido a seu custo, relativamente baixo, estão em larga aplicação no país, sendo da fácil manuseio. Escolas, firmas, associações profissionais, sindicatos, repartições públicas, entidades religiosas, diretórios acadêmicos, etc., possuem essas máquinas que, respeitando-se normas de segurança elementares, podem ser largamente utilizadas pela O. De imediato, devemos seguir abrindo a maior quantidade de possibilidades de sensibilização de stencéis através de estruturas legais, especialmente em entidades e organismos onde nossa influência política seja forte. Essa utilização deve combinar-se com o uso de máquinas de sensibilização sob nosso total controle.

7. Assim, a linha de expansão do setor gráfico deve obedecer atualmente ao seguinte:

- a) diversificar ao máximo a impressão pelas regiões, utilizando meios simples, leves, baratos e acessíveis a todas elas: mimeógrafos elétricos;
- b) no interior de cada região, começar a aplicar a política de diversificação, cuidando para que os Comitês Zonais possuam mimeógrafos para fazer frente a suas necessidades específicas.
- c) produção de matrizes de boa qualidade. No caso dos stencéis comuns, superar definitivamente o artesanismo na datilografia. No caso dos stencéis ele-

tronicos, garantir um número elevado de possibilidades de sensibilização através de estruturas legais e combiná-las com estruturas sob nosso total controle.

d) posteriormente, concentração de esforços na resolução dos problemas de composição.

3. Uma linha dessa natureza é a que atende melhor às nossas necessidades e possibilidades atuais. Sua aplicação não é antagonica com futuras impressões em off-set, em regiões que passem a contar com possibilidades para tanto. Nesses casos, sem grandes transtornos, a região em questão, ao invés de receber os stencils eletronicos, passaria a receber a "arte-final" da revista, jornal ou do que deve ser impresso.

4. A Comissão de Gráfica, que já se encontra funcionando sob a assistencia do CC, deve ser transformada em organismo permanente, encarregado de controlar a aplicacão da política para o setor, planejar a produçao gráfica, orientar a instalação de novas unidades e organizar a cooperação entre as diversas regiões.

Todos os companheiros devem esforçar-se ao máximo para garantir a aplicação desta política. É importan^te levantar e organizar todas as possibilidades de utilizaçao de sensibilizadores eletronicos existentes em estruturas legais; explorar todas as brechas legais que possam ser utilizadas para avançarmos no tocante a composição; informar a Comissão de Gráfica sobre todos os recursos humanos e materiais que possam ser utilizados por ela.

Em específico, os companheiros no exterior devem voltar suas stenções para a necessidade de apoiar o nosso trabalho gráfico através da consolidação das possibilidades de composição existentes lá fora.

Por outro lado, recomendamos ao CC que dê especial atenção à vida política dos companheiros do setor gráfico. O fato de que esses camaradas, devido à necessária compartimentação de sua atividade, não possam participar ativamente das lutas de massas, deve ser motivo para que eles tenham intensificada a assistência política. A política, que já vem sendo a detada pelo CC, de convidar sempre os companheiros do setor gráfico para os diversos processos políticos (plenos, ativos, reuniões de quadros, conferências, etc) deve ser mantida. Outras medidas de igual sentido devem ser estudadas e aplicadas pelos Comitês Regionais e pelo CC.

VOLUME III

(22)